



**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**

**Demonstrações financeiras**  
31 de dezembro de 2024  
com Relatório dos Auditores Independentes

**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024.

**Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado .....	7
Demonstrações do resultado abrangente .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**  
Recife – PE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.** (“**Companhia**”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação**

- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

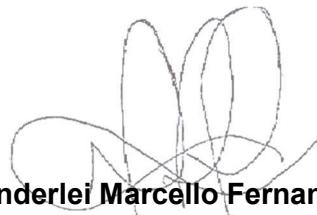
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-031.269/O-1



**Henrique Silva Premoli**  
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



**Vanderlei Marcello Fernandes Junior**  
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

## Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

### Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.793	1.347	Empréstimos e financiamentos	9	-	30.653
Contas a receber	5	5.871	5.219	Fornecedores	10	4.292	1.224
Tributos a recuperar	6	2.294	1.715	Obrigações trabalhistas e sociais	11	4.798	5.276
Gastos com operação de debêntures a apropriar	9	233	-	Impostos e contribuições a recolher	12	451	353
Outros créditos	-	123	326	Partes relacionadas	7	86	80
Despesas antecipadas	-	63	64	Parcelamento de tributos	13	2.224	1.784
Partes relacionadas	7	144	-	Adiantamento de clientes	-	22	2
		<b>32.521</b>	<b>8.671</b>			<b>11.873</b>	<b>39.372</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Impostos diferidos	19	5.027	5.027	Empréstimos e financiamentos	9	67.010	-
Depósitos judiciais	-	21	21	Partes relacionadas	7	6.555	6.555
Gastos com operação de debêntures a apropriar	9	2.022	-	Parcelamento de tributos	13	6.908	6.832
Intangível líquido	8	58.886	43.532	Provisão para demandas judiciais	14	423	249
		<b>65.956</b>	<b>48.580</b>	Impostos diferidos	19	961	1.719
						<b>81.857</b>	<b>15.355</b>
				Capital social	15.1	14.600	14.600
				Capital social a integralizar	15.1	(1.453)	(1.453)
				Prejuízos acumulados	-	(8.400)	(10.623)
						<b>4.747</b>	<b>2.524</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>98.477</b>	<b>57.251</b>			<b>98.477</b>	<b>57.251</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**

### **Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	16	70.256	64.368
Custo dos serviços prestados	17	(66.852)	(62.505)
<b>Resultado bruto</b>		<b>3.404</b>	<b>1.863</b>
Despesas administrativas e gerais	-	(451)	(432)
Outras Receitas ou despesas operacionais	-	9	65
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>2.962</b>	<b>1.496</b>
Receitas financeiras	18	334	319
Despesas financeiras	18	(1.831)	(1.615)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1.497)</b>	<b>(1.296)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.465</b>	<b>200</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	758	3.308
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.223</b>	<b>3.508</b>

**As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.223</b>	<b>3.508</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>2.223</b>	<b>3.508</b>

**As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.**

## Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	Capital subscrito	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>14.600</b>	<b>(9.600)</b>	<b>10.000</b>	<b>(14.131)</b>	<b>869</b>
Integralização de capital social	15.1	-	8.147	-	-	8.147
Estorno de adiantamento para futuro aumento de caixa	15.2	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.508	3.508
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>14.600</b>	<b>(1.453)</b>	<b>-</b>	<b>(10.623)</b>	<b>2.524</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.223	2.223
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>14.600</b>	<b>(1.453)</b>	<b>-</b>	<b>(8.400)</b>	<b>4.747</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.465</b>	<b>200</b>
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização	8	2.934	2.224
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	5	264	159
Provisão para demandas judiciais	14	174	249
Juros incorridos s/ empréstimos e financiamentos	9	8	21
		<b>4.845</b>	<b>2.853</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento)/diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber		(916)	(1.006)
Tributos a recuperar		(579)	(505)
Gastos com operação de debêntures a apropriar		(2.255)	-
Outros créditos		203	(150)
Despesas antecipadas		1	21
Depósitos judiciais		-	(21)
<b>Aumento/(Diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores		3.068	(11)
Obrigações trabalhistas e sociais		(478)	991
Impostos e contribuições a recolher		98	(54)
Parcelamento de tributos		516	2.814
Adiantamento de clientes		20	2
		<b>4.523</b>	<b>4.934</b>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de intangível		(13.419)	(14.342)
		<b>(13.419)</b>	<b>(14.342)</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	64.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	9	(33.020)	(87)
Integralização de capital social		-	8.147
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	15.2	-	(10.000)
Partes relacionadas		(138)	2.889
		<b>31.342</b>	<b>949</b>
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>22.446</b>	<b>(8.459)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	1.347	9.806
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	23.793	1.347
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>22.446</b>	<b>(8.459)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Informações gerais**

A **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede no município de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Prefeito Antônio Pereira, nº 705, sala L11, bairro Várzea. A Companhia iniciou suas atividades em 02 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social a execução do contrato de Parceria Público-Privada (“PPP”), na modalidade de Concessão Administrativa para a administração, manutenção, conservação, exploração comercial de áreas e serviços dos terminais e das estações de BRTs vinculados ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, precedida de obras de requalificação, com fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia de informação para monitoramento, e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo Contrato de Concessão nº 015.2021 firmado com o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a exploração de estacionamento.

O prazo da concessão é de 35 anos com início da execução dos serviços em 23 de janeiro de 2022 e data final em 22 de janeiro de 2057.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 28 de março de 2025.

## **2. Base de preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## **2. Base de preparação--Continuação**

### **2.4. Uso de estimativa e julgamento**

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionados, principalmente, a elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## **3. Principais políticas contábeis materiais**

### **3.1. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.2. Ativos intangíveis**

##### **Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a Nova Mobi Pernambuco – SPE S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente, em virtude da prestação dos serviços objeto do contrato, abrangendo, dentre outros, todos os custos diretos e indiretos, demais despesas operacionais, inclusive investimentos necessários para a execução do objeto da concessão e receitas decorrentes da exploração comercial dos espaços dos terminais e das estações de BRTs.

O contrato prevê também que extinta a concessão, retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido.

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.2. Ativos intangíveis--Continuação**

##### **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

#### **3.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### **3.4. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.5. Provisões**

##### **3.5.1. Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

##### **3.5.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração**

#### **3.6.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração**

Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros.

As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem aplicações financeiras.

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--** Continuação

##### **3.6.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração**

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.7. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

### **3.8. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.9. Classificação circulante e não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação;
- Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

#### **3.10. Fornecedores**

São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

#### **3.11. Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### **3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.12. Apuração de resultado**

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### **3.13. Receitas**

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

##### **Receita com prestação de serviços**

A receita com prestação de serviços é reconhecida pelo regime de competência, ou seja, é reconhecida no resultado mensalmente de acordo com realização dos serviços.

##### **Locações de áreas**

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

#### **3.14. Resultado financeiro**

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

#### **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 ou após.**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2024 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais – R\$)

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa	3	3
Bancos - conta movimento	155	5
Aplicações financeiras	23.635	1.339
	<b>23.793</b>	<b>1.347</b>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. Contas a receber

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM (a)	4.528	4.468
Locações de áreas a receber	1.769	913
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(426)	(162)
	<b>5.871</b>	<b>5.219</b>

(a) Valores a receber decorrente da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão.

#### 6. Tributos a recuperar

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
INSS retido a compensar	506	250
IRPJ retido a compensar	757	794
IRRF sobre aplicação financeira	16	-
CSLL retido a compensar	594	564
CSLL a compensar	420	107
	<b>2.294</b>	<b>1.715</b>

#### 7. Partes relacionadas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo</b>		
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda. (a)	144	-
<b>Passivo</b>		
Terra Transportes e Participações S.A. (b)	2.622	6.555
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.(b)	3.933	-
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	86	80
	<b>6.641</b>	<b>6.635</b>
Passivo circulante	86	80
Passivo não circulante	6.555	6.555

(a) Representam valores a receber sobre reembolso de despesas com a acionista.  
 (b) Referem-se às operações de conta corrente com os acionistas, as quais tem remuneração à taxa de juros de 3,06% ao ano, acrescida do CDI e vencimento final em 15 de maio de 2026.

**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 8. Intangível líquido

		2024	2023
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Benfeitoria em propriedade de terceiros	35.485	(1.238)	34.248
Viabilidade técnica	4.748	(562)	4.186
Máquinas e equipamentos	2.407	(686)	1.721
Equipamento de informática	5.120	(2.400)	2.720
Móveis e utensílios	692	(165)	527
Veículos	282	(119)	163
Softwares	2.976	(1.055)	1.921
Construções em andamento (a)	13.400	-	13.400
	<b>65.110</b>	<b>(6.224)</b>	<b>58.886</b>
			<b>43.532</b>

(a) Referem-se aos gastos com melhorias nas instalações físicas e na infraestrutura de TI dos terminais e estações de BRTs, que são de responsabilidade da Companhia conforme definido em contrato de Concessão. O prazo para conclusão das obras e requalificação dos equipamentos é de 48 meses a partir da data de início da concessão.

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>43.532</b>	<b>31.414</b>
(+) Adições	18.288	14.342
(-) Amortização	(2.934)	(2.224)
<b>Saldo final</b>	<b>58.854</b>	<b>43.532</b>

## 9. Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Empréstimo Banco Bradesco	-	30.574
Leasing Banco Daycoval	-	79
Debentures	67.010	-
	<b>67.010</b>	<b>30.653</b>
 Circulante	 -	 30.653
Não circulante	67.010	-
<b>Total</b>	<b>67.010</b>	<b>30.653</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	2024
Saldo inicial	<b>30.653</b>
Amortização	(33.020)
Juros incorridos debentures e capital de giro	4.869
Juros incorridos leasing	8
Captação	64.500
	<b>67.010</b>

Os juros das operações de capital de giro e debêntures e os gastos com captação das debêntures foram ativados no grupo do intangível.

## **9. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

### **Debêntures**

A Companhia captou recursos financeiros por meio de debêntures para aplicação dos recursos na manutenção, conservação e exploração comercial dos 26 terminais e 44 estações de BRT vinculados ao Sistema de Transporte Público da Região Metropolitana de Recife – STPP/RMR obras de melhoria do Aeroporto de Ilhéus e por meio da emissão de debêntures para reforço de caixa e estão apresentados a seguir:

<b>Emissão/serie</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Taxa de juros anual</b>	<b>2024</b>
1 <sup>a</sup> Emissão	15/09/2024	15/09/2034	10,48% + IPCA	67.010
Circulante				-
Não Circulante				<u>67.010</u>

Em 15 de setembro de 2024, a Companhia celebrou com o Agente Fiduciário o “Instrumento Particular de Escritura da 1<sup>a</sup> Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, da Nova Mobi Pernambuco – SPE S.A.” (“Escritura da 1<sup>a</sup> Emissão de Debêntures”), por meio do qual a Emissora emitiu 64.500 (sessenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 1<sup>a</sup> emissão.

Os vencimentos das debêntures serão semestrais, com início em 15 de março de 2026.

Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos para as debêntures o fator de juros anual de 10,48% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IPCA.

No contrato estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinado índice e indicador financeiro da Companhia:

- a)** Não observância, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 do atingimento do ICSD de 1,10x (um inteiro e dez centésimos vezes) ou superior (“ICSD Mínimo”) observado que, para os fins deste item, o ICSD 1deverá ser anualmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário no prazo de 90 dias contados da data de término de cada exercício social.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está cumprindo as demais cláusulas não atreladas a indicadores financeiros, que serão aplicáveis a partir do exercício encerrado em 2025.

Na captação das debentures incorreram custos no montante de R\$ 2.333, registrados no ativo, os saldos serão apropriados para o resultado de acordo com o prazo do contrato. Em 2024 o montante reconhecido no resultado foi de R\$ 78, com isto o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.255.

**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 10. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	4.292	1.224
	<b>4.292</b>	<b>1.224</b>

Representado, principalmente, por valores a pagar relacionados a compras bens, serviços e projetos para a melhorias dos terminais e estações.

## 11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2024	2023
Salários a pagar	1.140	1.165
INSS a recolher	614	1.224
FGTS a recolher	180	180
IRRF s/ folha	44	40
Férias e encargos a pagar	2.521	2.554
Outras obrigações trabalhistas	299	113
	<b>4.798</b>	<b>5.276</b>

## 12. Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
PIS a recolher	38	39
COFINS a recolher	178	177
Tributos retidos a recolher	235	137
	<b>451</b>	<b>353</b>

## 13. Parcelamento de tributos

	2024	2023
Parcelamento de PIS e COFINS (a)	1.316	1.514
Parcelamento de INSS (b)	7.815	7.102
	<b>9.132</b>	<b>8.616</b>
Circulante	2.224	1.784
Não circulante	6.908	6.832
	<b>9.132</b>	<b>8.616</b>

- (a) Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril e maio de 2023 foram inclusas no parcelamento;
- (b) O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um porcento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril a outubro de 2023 foram inclusas no parcelamento;

## **14. Provisão para demandas judiciais**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	<b>2023</b>	<b>Adições / Baixas</b>	<b>2024</b>
Processos trabalhistas	49	340	389
Processos cível	200	(166)	34
	<b>249</b>	<b>174</b>	<b>423</b>

### **Perdas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2024, os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos referem-se basicamente a ações cíveis e trabalhistas, cujos valores discutidos totalizam R\$ 4.747 (R\$ 3.226 em 2023).

## **15. Patrimônio líquido**

### **15.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social é de R\$ 14.600, representado por 14.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais) cada, sendo que, até 31 de dezembro de 2024, foram integralizados R\$ 13.147 e o saldo remanescente de R\$ 1.453 será integralizado no prazo de 120 meses, contados de 20 de janeiro de 2022. O capital social está assim distribuído:

	<b>%</b>	<b>Ações</b>	<b>R\$</b>
Socicam Administração, Proj. e Representações Ltda.	54	7.884.000	7.884
Terra Transportes e Participações S.A.	40	5.840.000	5.840
Casa 10 Participações e Empreendimentos Ltda.	6	876.000	876
	<b>100</b>	<b>14.600.000</b>	<b>14.600</b>

### **15.2. Reserva legal**

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

### **15.3. Distribuição de dividendos**

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido auferido no exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

### **15.4. Prejuízos acumulados**

Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de prejuízos acumulados para posterior deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

**Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
 (Em milhares de Reais – R\$)

## 16. Receita líquida

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita de construção	13.400	11.673
Serviços prestados - Concessão	59.582	56.729
Locações de áreas	6.420	4.471
(-) Abatimentos e serviços cancelados	(81)	(24)
(-) Tributos sobre a receita	(9.066)	(8.481)
	<b>70.256</b>	<b>64.368</b>

## 17. Custos dos serviços prestados

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Custo de construção	(13.400)	(11.673)
Salários e ordenados	(20.729)	(21.400)
Impostos e encargos com pessoal	(7.350)	(7.611)
Vale alimentação e vale refeição	(2.780)	(2.808)
Outros custos com pessoal	(1.868)	(1.267)
Prestadores de serviços	(10.316)	(9.260)
Serviços públicos	(3.791)	(3.491)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.839)	(1.056)
Depreciação e amortização	(2.682)	(2.040)
Aluguéis	(698)	(834)
Seguros e fianças	(112)	(186)
Viagens e representações	(78)	(73)
Outros tributos, taxas e contribuições	(948)	(931)
Custos gerais	(774)	(288)
(-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza	513	413
	<b>(66.852)</b>	<b>(62.505)</b>

## 18. Resultado financeiro líquido

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Descontos obtidos	32	1
Receitas de aplicações financeiras	189	195
Juros e multas recebidos	33	14
Outras receitas financeiras	80	109
<b>Receitas financeiras</b>	<b>334</b>	<b>319</b>
Despesas bancárias	(342)	(12)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(12)	(2)
Juros pagos ou incorridos	(688)	(1.483)
Multas e correções	(493)	(95)
Outras despesas financeiras	(296)	(2)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1.831)</b>	<b>(1.615)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(1.296)</b>

## **19. Imposto de renda e contribuição social - diferido**

Os créditos e débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro e prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	<b>2024</b>
<b>Ativo diferido</b>	
Prejuízos fiscais	<b>5.027</b>
<b>Passivo diferido</b>	
Encargos financeiros de obras	(961)
<b>(=) Líquido</b>	<b>4.066</b>

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais compreendem um período de 5 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira, seleção das taxas de câmbio, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

	<b>2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.308</b>
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	758
<b>Saldo final</b>	<b>4.066</b>

## **20. Instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

### **20.1. Gerenciamento de risco**

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

### **20.2. Risco de crédito e de realização**

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

## **20. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **20.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

## **21. Cobertura de seguros**

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- Seguro garantia R\$ 12.838;
- Seguro de responsabilidade civil R\$ 5.000;
- Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 7.200.

## **22. Eventos subsequentes**

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Gilberto Torres de Menezes Júnior  
Diretor Presidente

Andrea Chaves Guerra  
Diretora

Eduardo Buzam Júnior  
Contador – CRC 1SP243887/O-3

\*\*\*